

*Artigo

O Brasil orgânico em tempos de crise

A Semana da Alimentação Orgânica coincide com as comemorações da semana do Meio Ambiente e uma reflexão se faz necessária: como suprir o aumento da demanda e aproveitar as oportunidades de negócios nos mercados interno e externo?

Passados mais de cinco anos do processo de regulamentação da Lei 10.831 dos orgânicos (2011), ainda não temos claramente uma visão do tamanho e posicionamento que o setor de produtos orgânicos conquistou. Sabemos em parte como a cadeia produtiva se distribui dentro do movimento, mas não sabemos o volume de produtos que se produz, não sabemos muito bem o quanto representa em termos de valores econômicos, não sabemos quais as regiões de maior desenvolvimento produtivo e como ele vem evoluindo, e não sabemos tantos outros indicadores que nos faz falta em ajudar a criar políticas de desenvolvimento e preparar ferramentas de apoio e capacitação a quem está no meio.

Para muitos, o movimento é um fado ou uma nova onda de tendências de consumo, algo que logo passará, mas para o mundo é um processo de transformação de indivíduos que buscam melhorar a qualidade de vida, a segurança dos bens que consomem, e que se preocupam em garantir que as outras gerações possam ter esta mesma possibilidade.

Queremos o futuro num planeta vivo, orgânico e saudável para se viver. É uma mudança sem volta.

Como todo setor que se desenvolve, o desafio é crescer de forma planejada, organizada e trazendo todos os elos da cadeia. Em 2015, fundamos o ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável com o propósito de ser um facilitador para este desenvolvimento.

A principal missão do ORGANIS é harmonizar a demanda que o setor precisa de forma a poder atender empresas dos setores de alimentos e bebidas, indústria de higiene e cosméticos e o setor têxtil, onde no mercado global estes setores já são uma realidade junto ao consumidor.

O ORGANIS foi construído com a colaboração de Conselheiros Curadores que podem ajudar a unificar as demandas de forma legítima e imparcial. O ORGANIS terá pela frente prioritariamente o desafio de se fazer presente institucionalmente, fomentar o processo de comercialização no país e nos mercados globais, e ser um canal de comunicação junto ao consumidor final: educar e conscientizar sobre o produto orgânico.

Para o futuro, podemos constatar a mudança de parâmetros e critérios que os consumidores adotam e sabemos que o preço nem sempre é decisivo, apesar do cenário econômico não muito positivo para os próximos anos. Esperamos que cada vez mais, a racionalidade e o bom senso sejam decisivos na busca de produtos mais éticos, seguros e saudáveis.

Assumindo essa posição assertiva, o Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável – ORGANIS - se apresenta para ser esta plataforma de negócios para unir integrantes de uma cadeia produtiva, ser a representante legítima de produtores, processadores, empresas e empreendedores brasileiros da cadeia de produção orgânica e sustentável.

É um novo desafio para um país como o Brasil - orgânico por natureza e com a maior biodiversidade do planeta.

Ming Liu é diretor do ORGANIS – mingliu@organis.com.br

*Curtas

Cidadãos reclamam de má utilização da praça central em Tangará

Uma verdade inquestionável é o fato de que a Praça da Bíblia no centro da cidade é o mais novo cartão postal da cidade. O local foi reinaugurado recentemente, há 18 dias, e já virou o ‘xodó’ da população, que agora se sente enciumada quando vê algo que possa danificar o patrimônio. “Estou muito chateada com algumas pessoas que estão vindo na nossa linda praça trazer os cães para passear e aqui fazer suas necessidades, isso é chato. Vejo também, mães utilizando as cestas de lixo para balançar os filhos, isso é uma vergonha, pois demoramos tanto para ter esse local bonito e agora umas poucas pessoas querem destruir. Estou cuidando disso aqui como faço com minha casa. Tenho ciúmes mesmo”, denunciou uma comerciante do local.

Ainda segundo informações rapazes também tem utilizado o local para empinar bicicletas e os pais deixam as crianças pisarem na grama e arrancara as plantas. “Estamos de olho e vamos denunciar com fotos inclusive. Espero que o Poder publico disponibilize alguém para cuidar daqui, se bem que eu acho que quem tem que cuidar somos todos nós. Mas tem um povo difícil de mexer”, disse um cidadão.



Cidade limpa	Agora é Lei	Dados do IBGE	Igualdade
A partir deste mês, os donos de cães que não recolherem as fezes de seus animais em vias públicas, praças e campos serão multados em Cuiabá. A lei de Nº 6.081 foi sancionada pelo prefeito Mauro Mendes (PSB) e publicada no Diário Oficial do Estado nesta semana. De acordo com a nova legislação, os responsáveis pelos animais serão, primeiro, advertidos.	Se persistirem no erro, terão que pagar multa de 10% do salário mínimo, que hoje equivale a R\$ 88. Em caso de nova reincidência, a pena é dobrada. A nova legislação, que não estipula como será feita a fiscalização, estabelece que o cidadão poderá denunciar, anonimamente, quem não recolhe a sujeira. A pena se aplicará mesmo se os animais não estiverem na coleira, mas que o dono esteja por perto.	Admilson Mário de Assunção é professor. Paulo Augusto Rodrigues Junior, gastrônomo. Estão casados desde 2012. Eles formam um dos 23 casais homoafetivos que se uniram em Mato Grosso, desde a vigência da resolução número 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o final de 2014. O registro é do setor de Estatísticas do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Dos 23, a maioria é do interior: apenas 9 aconteceram em Cuiabá. 11 foram entre mulheres e 12 entre homens. No país são 8.500 casamentos homossexuais. A resolução 175 do CNJ proíbe cartórios brasileiros de se recusarem a converter uniões estáveis de gays em casamento civil e já completou 3 anos. A equiparação do casamento permite os mesmos direitos do casamento estabelecidos pelo Código Civil.

*Bastidores da Política

RGA I	RGA II	Cobranças	Rebateu
Em viagem pela região Médio Norte do estado, nesta sexta-feira, 15, o governador Pedro Taques debateu, com profissionais da Educação, os três pontos cobrados pelos servidores em greve. Taques explicou que o RGA só não foi pago na integralidade porque o Estado rompeu com os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	“O Governo não pode gastar mais que 49% do orçamento com despesa de pessoal. Nós já superamos esse percentual, mas garantimos 7,5% do RGA. Com a elevação da receita, esse percentual pode subir até 11,28%”, afirmou. Segundo Taques, o Estado faz um enorme esforço para aumentar a receita e diminuir as despesas, a fim de pagar o máximo possível do reajuste dos servidores.	Cobrado sobre a realização de um novo concurso para os profissionais da Educação, o governador garantiu que a gestão fará concurso para a área e que isso já foi acordado entre a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT) e o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT). “Já existe um grande avanço nesse ponto”, ressaltou.	No último dia 3 de junho, a ONU publicou Relatório de Recomendações do Direito da Criança, onde faz duras críticas ao Reino Unido. Por tradição, a maior parte do sistema educacional do Reino Unido está nas mãos de igrejas cristãs. Até o quinto ano do ensino inicial, a participação em cultos religiosos é parte das atividades das crianças, como aulas de ensino religioso.
Galli	Para alguns	Defesa	Mesclar
A ONU — demonstrando preocupação com a experiência e tradições britânicas — compilou 150 recomendações sobre os direitos da criança e acusou a Grã-Bretanha por violação aos Direitos da Criança, “um rematado absurdo e uma completa sandice, disparou o Deputado Federal Victório Galli (PSC-MT) da tribuna da Câmara dos Deputados, no último dia 14.	O parlamentar mato-grossense registrou que a ONU ataca as tradições cristãs, mas silenciou em questões, de fato, graves. “No relatório não existe qualquer menção de violação de direitos humanos por parte da comunidade islâmica, que administra várias escolas no oriente, nem à doutrinação marxista a que crianças e jovens são submetidos todos os dias nas escolas dos países ocidentais”, completou.	Com participação importante na equipe de transição do governador Pedro Taques (PSDB), o ex-senador Osvaldo Sobrinho (PTB) defendeu que a atual administração mescle o chamado secretariado “técnico” com o “político”. Segundo Sobrinho, o período de “limpeza” do Palácio Paiaaguás foi importante e representou a ruptura à gestão do ex-governador Silval Barbosa (PMDB).	“Os políticos não podem abandonar o Taques agora. Ele prefere o viés mais técnico, mas precisamos estar ao lado dele e fazê-lo entender que a parte política é um ingrediente necessário. Ninguém faz política somente com técnicos, como ninguém faz o técnico só com político. Um ajuda o outro e, nesse caso, é preciso mesclar”, afirmou em entrevista.

Senador defende impeachment e cobra regularidade do FEX a MT

Ex-prefeito de Nova Marilândia por três mandatos e ex-presidente da AMM (Associação Mato Grossense dos Municípios), José Aparecido dos Santos, mais conhecido como Cidinho, passou a representar Mato Grosso no Senado Federal em substituição a Blairo Maggi, nomeado em maio ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelo presidente interino Michel Temer (PMDB).

Cidinho não esconde sua bandeira pelo municipalismo e elenca que uma de suas defesas no Congresso Nacional é a inclusão do pagamento do FEX (Fundo Estadual de Exportação) na LOA (Lei Orçamentária Anual). Além disso, se posiciona abertamente a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) por entender que a petista perdeu as condições de governar, é contra aumento de impostos e rechaça a possibilidade de taxaço do agronegócio em Mato Grosso.

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

f

d

s

t

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Maniobras - Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugre, Campo Novo do Parecis e Sapzal.

Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

Everton Matheus N. Campos

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br